



TEORIA QUEER: PERSPECTIVAS SOBRE A DISSIDÊNCIA NOS CURRÍCULUM ESCOLARES

Eixo Temático: 08 - Corpos Queer que transitam no/com os currículos

William Vieira de Souza¹
Ana Luiza Salgado Cunha²

RESUMO

O currículo escolar organiza a formação dos indivíduos. Diante disso, destaca-se o papel da Teoria Queer nos currículos ao promover inclusão e diversidade, questionando a normatividade cis-heterossexual. Assim, este trabalho investiga como a teoria queer tem tensionado e ressignificado os documentos curriculares no contexto educacional contemporâneo. Para isso, adota-se uma metodologia bibliográfica e qualitativa na análise de materiais sobre o tema. As discussões apontam o crescimento dos estudos sobre gênero e sexualidade no currículo escolar, mas ainda persistem questionamentos sobre normatividades impostas. Conclui-se que fortalecer esse debate acadêmico e educacional é essencial para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa à diversidade.

Palavras-chave: Currículo escolar; Inclusão; Teoria Queer; Cisheteronormatividade.

INTRODUÇÃO

A concepção do currículo escolar pode ser vista como um percurso, um caminho ou uma sequência de conteúdos a serem seguidos. Assim, com a implementação de um currículo, busca-se definir e diferenciar a formação dos indivíduos, além de organizar e aplicar as disciplinas escolares. Nesse sentido, destaca-se a conexão fundamental entre as classes escolares, o currículo e as disciplinas desde sua origem (Malanchen, 2021). Por isso, ele é essencial para organizar e estruturar os ensinamentos que serão ministrados nas aulas durante todo um período estabelecido pela instituição escolar. Ademais, ao longo dos anos foram

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - BA, professor_cerv@hotmail.com.

² Professora Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora Assistente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ana.luiza@uesb.edu.br.



várias a teorias, como do construtivismo, a teoria crítica, e a teoria pós-estruturalista, que influenciaram o desenvolvimento e implementação dos currículos.

Diante disso, é essencial entender o papel da Teoria Queer na questão da inclusão social e diversidade no país. Dessa forma, essa teoria não constitui um arcabouço conceitual ou metodológico único e sistemático, mas sim um conjunto diversificado de reflexões intelectuais sobre as relações entre sexo, gênero e desejo (Spargo, 2019). Assim, seu objetivo principal é desconstruir uma visão de mundo que considera a cisgeneridade e a heterossexualidade como normas únicas, naturais e que marginalizam as demais vivências e individualidades (Oliveira, 2021). Portanto, a teoria queer torna-se essencial no que se refere a inclusão educacional e compreensão de indivíduos não-cis estigmatizados e subjugados socialmente.

Contudo, ainda há, no Brasil, um grande preconceito, por parte da sociedade, quanto a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, principalmente vinculadas a obrigatoriedade nos currículos de ensino (Cruvinel, 2022). Portanto, esse estudo busca responder à pergunta: Como a teoria queer tem sido representada e discutida nas produções sobre o currículo escolar?

Diante disso, a pesquisa visa investigar como a teoria queer tem tensionado e ressignificado os documentos curriculares no contexto educacional contemporâneo. Dessa maneira, os objetivos específicos desse estudo são: a) explorar a relação entre gênero e sexualidade nos currículos educacionais; b) identificar as principais contribuições teóricas e críticas para a ressignificação de currículos escolares a partir das epistemologias dissidentes; c) analisar como a Teoria Queer problematiza as normatividades coloniais e cis-heteronormativas nos territórios curriculares.

Portanto, o presente estudo se justifica devido à urgência de compreender a implementação da Teoria Queer nos documentos curriculares, dado que ela é essencial para promover uma educação que inclua toda a diversidade de sexual e de gênero nas atividades escolares, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, esse estudo contribui para a pesquisa acadêmica, pois explora a integração da Teoria Queer nas instituições de ensino e, assim, contribui para a construção de um conhecimento crítico e transformador aos docentes, discentes e comunidade em geral. Da perspectiva metodológica, quanto à natureza tem-se uma pesquisa teórica, enquanto no que tange a abordagem é um



estudo qualitativo. No que tange os objetivos observa-se ser uma pesquisa mista, dado que se compõe de uma pesquisa tanto explicativa quanto exploratória. No que se refere às fontes, aborda-se um estudo bibliográfico realizado através de um levantamento de materiais.

Referente aos resultados e discussões, observa-se que as pesquisas apontam que, nos últimos anos, tem havido um aumento significativo de estudos que incorporam questões de gênero e sexualidade no currículo escolar, especialmente a partir das perspectivas dos corpos dissidentes. No entanto, autores ainda levantam questionamentos referentes às normatividades cisheteronormativas e a imposição de padrões educacionais que reforçam a homogeneização, o que ressalta a urgência de transformar o ambiente escolar em um espaço que acolha a pluralidade.

METODOLOGIA

Este trabalho se enquadra como uma investigação de caráter fundamental, pois amplia o conhecimento acadêmico e científico sobre o tema sem necessariamente aplicar os resultados obtidos (Gil, 2008). Além disso, no que se refere à abordagem metodológica, trata-se de um estudo qualitativo, caracterizado pela descrição detalhada dos fenômenos analisados, sem recorrer a métodos estatísticos (Marconi; Lakatos, 2017).

Sob a perspectiva dos objetivos, esta pesquisa apresenta uma abordagem mista, conforme a definição de Prodanov e Freitas (2013), duas vertentes: a explicativa, ao expor e debater a Teoria Queer em seus aspectos conceituais, e a exploratória. Nessa perspectiva, quanto às fontes, identificam-se as bibliográficas. Com base nisso, emprega-se a revisão integrativa da literatura, que abrange uma ampla gama de estudos científicos, permitindo a análise de questões específicas, a formulação de conceitos e a revisão de teorias, o que foi empregado levando em consideração materiais levantados.

Nesse sentido, a pesquisa é fundamentada em um levantamento realizado a partir de diversas fontes, incluindo o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), os periódicos indexados na Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de bases como Google Acadêmico, Domínio Público e a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Também são



considerados os repositórios dos Programas de Pós-Graduação em Educação Stricto Sensu da Bahia, vinculados à UESB, UNEB e UFBA.

Para tanto, os descritores combinados com operadores booleanos resultaram em: “Teoria Queer”; “Currículo e Teoria Queer”; “Teoria Queer”; “Escola e Teoria Queer”; “Currículo e Diferença”; “Gênero e Educação”; “Gênero e Currículo”; “Educação e Sexualidade”; “Educação e Gênero”; “Diversidade de Gênero no Currículo”; “Teoria Queer e Inclusão Educacional”; “Sexualidade e Educação no Contexto Baiano”; “Políticas Educacionais e Teoria Queer”; “Documentos Curriculares e Gênero”; “Currículo e Sexualidade nos Currículos da Bahia”; “Inclusão de Gênero na Educação”; “Teoria Queer na Educação Básica”; “Gênero e Diversidade no Ensino”; “Interseccionalidade e Currículo”; “Diferença e Inclusão no Currículo”; “Educação para a Diversidade Sexual”.

Adiante, os materiais obtidos na busca foram selecionados, avaliados quanto à elegibilidade e, posteriormente, incluídos ou descartados da pesquisa. Nesse sentido, os critérios adotados para inclusão foram: i) Período de Publicação: estudos lançados entre 2020 e 2024; ii) Contexto Geográfico: pesquisas desenvolvidas no Brasil; iii) Relevância Temática: produções que abordem diretamente a relação entre Teoria Queer e currículo, incluindo questões de gênero, sexualidade e diferença na Educação Básica; iv) Tipo de Publicação: artigos científicos, dissertações e teses; v) Idioma: publicações escritas em português do Brasil; vi) Disponibilidade: materiais acessíveis na íntegra. Diante disso, 9 trabalhos foram selecionados para construir a discussão do presente trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

O currículo escolar é entendido como um percurso, um conjunto estruturado ou uma relação de conteúdos a serem seguidos na escola pelos alunos. Dessa forma, ao se instituir um currículo, evidencia-se a intenção de definir e distinguir a formação dos indivíduos, assim como a sua estruturação, aplicação e a distribuição das matérias e disciplinas escolares. Nesse sentido, um currículo escolar é criado por profissionais da educação que promovem uma determinada teoria a fim de implementar disciplinas e temáticas no ensino dos alunos de uma instituição escolar (Malanchen, 2021).



No entanto, para Monferrari e Rodrigues (2021), uma definição de currículo não revela sua verdadeira natureza, mas expressa a perspectiva de uma determinada teoria sobre o tema, oferecendo respostas às questões que esse discurso curricular procura abordar, como a seleção dos conhecimentos a serem ensinados. Dessa forma, entende-se que as composições curriculares resultam das escolhas feitas por indivíduos e instituições que possuem a capacidade de tomar tais decisões, considerando-as significativas diante de determinados objetivos (Sousa; Salustiano, 2022). Portanto, o currículo não é neutro, ele reflete interesses e intenções, sendo fruto de uma seleção orientada por propósitos educacionais específicos.

Sob essa perspectiva, é essencial notar que o currículo escolar é um veículo de aprendizado imprescindível para os alunos. Nesse sentido, o documento curricular pode gerar nos alunos o questionamento sobre temas importantes, assim como o fazer refletir criticamente sobre uma temática abordada pelo professor. Diante desse cenário, é a partir dessa peça central na educação que há a formação do conhecimento do aluno, fazendo-o perceber a diversidade, a inclusão, e permitindo o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo (Sousa; Salustiano, 2022).

Portanto, o currículo escolar é uma ferramenta necessária para a educação e deve ser utilizada de forma a atender às necessidades dos alunos. Nessa ótica, esse documento, por ser a distribuição de conteúdos aos alunos de maneira organizada, e, também, estar vinculado aos objetivos e interesses de quem os desenvolve, deve haver uma seleção minuciosa dos conteúdos dispostos nele. Assim, além de promover o desenvolvimento intelectual do discente, ele gerará a formação social de um cidadão para conviver plenamente em sociedade.

Por sua vez, a questão sexual e de gênero na sociedade atual está cada dia mais relevante, tornando essencial a sua compreensão por parte de toda a comunidade escolar. No entanto, mesmo diante da relevância desse tema, ainda é notável a grande quantidade de currículos escolares sem a presença de nenhum debate ou explicação sobre a sexualidade nas instituições de ensino, devido ao preconceito enraizado socialmente (Lima, *et al.*, 2023).

Assim, Araújo (2022) afirma que o tema deve ser debatido nas escolas, pois, muitas vezes, os alunos sofrem preconceito em suas residências e não conseguem lidar de maneira consciente com seus questionamentos e identidades. Nesse sentido, a aprendizagem sobre sexualidade visa explicar aos alunos as questões essenciais sobre o corpo, a fim de prevenir, por exemplo, infecções sexualmente transmitidas e casos de estupro. Quanto à questão de



gênero, o objetivo é tornar aos jovens esse debate inclusivo, fazendo-o compreender a si e aos outros de maneira respeitosa e valorizada.

Além disso, é essencial salientar que a escola é um espaço de formação cidadã, e, por isso, deve promover a discussão de gênero e de sexualidade no ambiente de ensino. Nesse sentido, a falta de informação por parte dos alunos pode gerar o aumento de casos de discriminação e violência relacionados à questão de gênero e orientação sexual em ambientes educativos (Castro, *et al.*, 2024). Por isso, as instituições de ensino devem fortalecer os vínculos com os alunos e favorecer a prática de inclusão na escola.

Ademais, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) comenta sobre a inserção do tema sexualidade apenas na matéria de Ciências Biológicas, excluindo a questão cultural e identitária do debate. Além disso, em muitos trechos havia a inclusão desses temas, mas eles foram suprimidos ou omitidos do documento oficial curricular (Vicente, 2023). Dessa forma, nota-se que, há, ainda, o estigma que reverbera socialmente, impedindo o desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva.

Destarte, a sexualidade e o gênero, apesar de serem temas essenciais para a inclusão diversa socialmente, ainda enfrentam desafios gerados pelo preconceito. Nesse sentido, nota-se que as escolas devem desenvolver a implementação dessas questões nos currículos escolares, pois, assim, os jovens poderão compreender de maneira adequada a si e aos outros indivíduos. Além disso, é importante a formação contínua dos professores, conforme as necessidades de cada grupo de alunos. Dessa forma, pode-se haver a inclusão efetiva e diversa da população LGBTQIAPN+.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dado o exposto na presente pesquisa, compreende-se que a inserção de temáticas de gênero, a partir da ótica dos corpos dissidentes, no processo de ressignificação dos currículos escolares é inicialmente tratada por Santos, Guarany e Cardoso (2020), que abordam o crescimento dos estudos culturais e das concepções pós-estruturalistas no âmbito curricular. Nesse sentido, os autores, a partir da análise de diversos estudos sob a ótica curricular, constataram um aumento expressivo da feitura acadêmica a respeito de gênero e sexualidade



na última década. No geral, nota-se que a gestão pública tem assumido abordagens que incluem uma visão ampliada das relações de poder, gênero e sexualidade.

Em termos práticos, Santos, Guarany e Cardoso (2020) observam que no atual momento da educação, houve considerável desenvolvimento no que tange a inclusão das impressões de grupos diversos nos currículos. No entanto, ainda existe a necessidade de refletir sobre o modo como a sexualidade e o gênero são abordados nos currículos, pois frequentemente reproduzem exclusões, desigualdades, normalizações e preconceitos, os quais são traços herdados de outro momento da sociedade. Além disso, fica evidente que as epistemologias dissidentes contribuem para o desenvolvimento de currículos mais abrangentes, inclusivos e menos normativos em relação às discussões de gênero e da sexualidade.

Adiante, apesar de fazer uma leitura distinta, Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) também destacam a relevância das epistemologias dissidentes ao apresentarem em sua pesquisa uma investigação das estratégias de resistência criadas num projeto experimental, que busca estimular discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. Desse modo, o estudo deles relaciona considerações sobre os mecanismos de poder e as formas de resistência adotadas por professores e professoras integrantes do plano denominado 'Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero'.

Sob esse prisma, é enfatizado por Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) que, no contexto curricular, é fundamental implementar ações de resistência diante de forças conservadoras que buscam limitar os debates sobre sexualidade e gênero nas escolas. Desse modo, é possível visualizar uma contribuição crítica valiosa para a ressignificação de currículos escolares através das epistemologias dissidentes, pois a análise a partir da ótica singular dos grupos dissidentes permite ao ensino romper com o tradicional, de modo que, ao desafiar conceitos restritivos não somente o debate sobre gênero e sexualidade é expandido, mas a formação cidadã em sua totalidade é enriquecida.

Em uma abordagem distinta, Silva (2020) menciona que a pedagogia atinge o seu ápice no que diz respeito ao fomento de competências de natureza social na formação do alunado quando essa a abordagem cria espaços de apoio para estudantes LGBTQIAPN+, visando auxiliá-los a enfrentar suas inseguranças ou fornecer informações, sempre respeitando os limites nas interações entre docentes e discentes. Dessa forma, incluir o debate sobre



gênero e sexualidade no currículo, por meio de um plano de aula que retrate a diversidade humana presente no contexto da escola é sem dúvidas uma postura do professor contra a LGBTIfobia, ao introduzir tópicos relacionados a esse tema no ambiente escolar isso significa um grande avanço para a ressignificação dos currículos.

Em conformidade, Amorim (2020) observa que a inclusão das críticas para a ressignificação de currículos escolares a partir das epistemologias dissidentes viabiliza a revisão dos currículos e lança luz sobre a necessidade de investir na formação docente, de modo a contribuir para uma educação emancipatória. Nessa ótica, fica evidente que as epistemologias dissidentes representam, em termos práticos, uma oportunidade do sistema de ensino assumir uma postura mais inclusiva e que considere toda a bagagem histórica da comunidade LGBTQIAPN+.

Ainda, quando as epistemologias dissidentes são postas frente a frente com documentos oficiais que norteiam a organização acadêmica no Brasil, a exemplo do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Referencial Curricular e Planos de Aula, nota-se que o seu viés questionador pretende conferir aos alunos o direito de expressarem suas identidades com maior liberdade. Nesse cenário, a pesquisa de Amorim (2020) conclui que a escola, ao passo que possui a capacidade de perpetuar padrões de conduta que negam aos alunos o direito de expressar sua identidade, também possui o potencial de promover transformações sociais que permitam a valorização da diversidade.

Semelhantemente, o estudo de Braz, Curcio e Faceira (2021) pretende realizar uma análise crítica da abordagem de gênero na educação, com ênfase nos documentos que orientam as políticas educacionais no Brasil. Dessa maneira, a sua pesquisa busca compreender como essa temática é tratada nos textos oficiais, e conclui que, embora a construção do conhecimento sobre gênero na sociedade brasileira seja um desafio, ela é possível, demandando, no entanto, mais estudos e aprofundamento sobre o assunto, bem como a agregação da visão crítica dos corpos dissidentes.

O estudo de Braz, Curcio e Faceira (2021), portanto, propõe mais hipóteses e possibilidades do que conclusões definitivas a respeito das teóricas e críticas para a ressignificação de currículos escolares a partir das epistemologias dissidentes. Embora a transdisciplinaridade seja um tema amplamente debatido em algumas áreas da educação, ela não se reflete nos documentos que guiam o planejamento curricular, afetando diretamente as



práticas pedagógicas. Como consequência, questões como gênero são pouco abordadas nas dinâmicas escolares, desde as aulas até os projetos, e são frequentemente ignoradas nos materiais didáticos.

Sob uma perspectiva diferente, tratando da visão proporcionada por um documento específico a respeito da inclusão dos debates sobre gênero e sexualidade, Almeida e Leal (2022) analisam como a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata a Diversidade Sexual e de Gênero no ambiente educacional. Diante dessa premissa, a pesquisa então conclui que essa legislação prevê a inserção da Diversidade Sexual e de Gênero como um tema transversal nos currículos escolares, com o propósito de prevenir discriminações e promover a conscientização sobre as desigualdades originadas pela cultura patriarcal.

No que tange a associação entre a abordagem presente no trabalho de Almeida e Leal (2022) com as contribuições teóricas e críticas para a resignificação de currículos escolares a partir das epistemologias dissidentes, nota-se que o trabalho trata da diversidade de gênero como tema transversal do currículo escolar. Em outros termos, a lei analisada incentiva o implemento das perspectivas fornecidas pelos supracitados dissidentes e ainda, de certo modo, destaca sua função na prevenção a discriminação e na promoção da conscientização sobre desigualdades estruturais.

Partindo para uma abordagem distinta, em se tratando da Teoria Queer e da problematização das normatividades coloniais e cisheteronormativas nos territórios curriculares, cita-se Silva e Alves (2020), cujo trabalho introduz a conexão entre o currículo acadêmico e a Teoria Queer. Primeiramente, Silva e Alves (2020) apontam que a presença de corpos queer no ambiente escolar levanta questionamentos sobre a capacidade da escola de se tornar um espaço que acolha a diversidade. Esse debate sugere a necessidade de transformar a escola para além do modelo tradicional de escolarização, que já não atende mais todas as demandas da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a vivência queer nas instituições de ensino desafia as barreiras impostas pelo sistema educacional, evidenciando sua inclinação por processos que reforçam a homogeneização e a uniformização. Dessa forma, no que se refere à Teoria Queer, subjetividades e educação, destaca-se que as discussões sobre gênero e sexualidade passaram a ocupar um espaço relevante nas teorias educacionais, especialmente nas abordagens pós-críticas do currículo, conforme abordam Silva e Alves (2020).



Contudo, no que diz respeito à institucionalização desse debate, nota-se que contribuições essenciais dos estudos queer ainda não foram completamente assimiladas. Em vez disso, a incorporação dessas temáticas nas escolas e na formação de professores tem ocorrido de maneira restrita, com uma abordagem transversal pouco estruturada, em síntese, os estudos sob a perspectiva queer existem, levantam questionamentos válidos a respeito das normatividades coloniais e cisheteronormativas nos territórios curriculares, isto é, da prática de padronização vigente na educação, mas ainda não surtem efeitos concretos nas práticas educacionais dos docentes e das instituições de ensino (Silva; Alves, 2020).

Na sequência, no contexto escolar, destaca-se a presença de uma ideologia que sustenta normas de gênero heterossexuais, diferindo da narrativa defendida por setores conservadores no Brasil, que acusam as instituições de estimular a ‘sexualização’ infantil e impor a homossexualidade. Nesse sentido, a ideologia predominante nas escolas reforça essas normas, funcionando por meio do que Silva (2021) denomina ‘heteroterrorismo’. Dessa forma, nota-se que existe uma tendência a normatividade herdada da realidade colonial, que permanece podando a educação e mantendo-a estagnada e desatenta as demandas educacionais que floresceram com o novo modelo de sociedade que se forma.

Esse processo tem início já no anúncio do sexo da criança, sendo reforçado pela educação familiar, manifestando-se em elementos como a separação de brinquedos e atividades por gênero. No ambiente escolar, essas práticas limitantes também são reproduzidas, por isso, existe a urgência de adotar uma perspectiva crítica sobre como a educação vem sendo conduzida, de modo que ela seja formatada para formar cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, como indica Silva (2021).

Adiante, Blanck (2022), em seu estudo, analisa o impacto da Teoria Queer no campo educacional e entende que essa abordagem trouxe uma nova perspectiva para os debates sobre diversidade, com foco nas questões de gênero e da sexualidade. Quanto aos padrões atuais, nota-se que as instituições de ensino operam por meio do controle e da regulação de comportamentos, utilizando normas como ferramentas para direcionar condutas, normalmente, conduzindo a educação sob um viés tradicional que não instrui o alunado sobre o respeito à diversidade.

Ademais, quanto à estruturação do currículo educacional, Blanck (2022) observa que, ao longo do tempo, ele desempenhou um papel na formação dos corpos sob a lógica da



heterossexualidade compulsória. Em linhas gerais, essa imposição se manifestou de maneira explícita e, por vezes, violenta, mas também sutilmente, por meio de mensagens implícitas que influenciam desde a vestimenta até as formas de comunicação e comportamento. Em razão desse caráter normativo e que se propõe a universalizar a educação em detrimento da supressão identitária dos alunos e docentes, que surge a Teoria Queer e o seu viés de problematização das normatividades coloniais nos territórios curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões levantadas ao longo da presente pesquisa, nota-se que a ideia central de investigar o modo como a Teoria Queer tem atribuído novos significados aos documentos curriculares que orientam a prática educacional na contemporaneidade foi satisfeita. Isso porque, ao longo do trabalho, foi possível compreender que, apesar de ainda haver barreiras culturais, a Teoria Queer e a perspectiva de inclusão, tem gradualmente sido incluída nos currículos, tendo em vista que essa é uma demanda real e latente da modernidade.

Além disso, no que tange a exploração da relação entre gênero e sexualidade nos currículos educacionais, nota-se que ainda há muito a ser feito para que os currículos em sua totalidade sejam realmente abertos a inclusão de discussões de sexualidade e de gênero. Diante dessas barreiras remanescentes, associadas ao preconceito e a noção de que um ensino alinhado a discussões de gênero conduz a algum tipo de subversão da juventude, é essencial que as escolas incorporem essas discussões nos currículos, permitindo que os jovens desenvolvam uma compreensão mais ampla sobre si e sobre os outros, ao passo que as instituições convidam os pais para compreender os benefícios de uma formação consciente.

Por fim, em face do exposto, nota-se que as diferentes abordagens teóricas e os principais temas de análise apontam para a necessidade uma transformação, indicando a urgência de superação da normatividade rígida que ainda predomina no currículo escolar, que deve dar lugar a um ambiente acolhedor e plural. Nesse contexto, tanto a Teoria Queer quanto as discussões sobre gênero e sexualidade no currículo ressaltam a urgência da inclusão, não somente como uma estratégia pedagógica, mas como um princípio essencial para a educação frente as demandas da sociedade atual.



Retomando a questão das contribuições teóricas e críticas para a ressignificação de currículos escolares a partir das epistemologias dissidentes, obtém-se um diagnóstico semelhante, a literatura, apesar de registrar avanços nesse âmbito da renovação dos currículos sob uma perspectiva de inclusão, ainda deixa claro que a integração das epistemologias dissidentes ainda constitui um desafio. Dessa maneira, o currículo deve ser revisitado, para que ele possa servir como um instrumento de resistência contra as normas sociais hegemônicas que tentam restringir as possibilidades de identidade e existência.

Em conclusão, a presente pesquisa demonstra que o fortalecimento do debate acadêmico e educacional a respeito da conexão entre a Teoria Queer e o currículo é necessário para o desenvolvimento de uma abordagem mais inclusiva, que reafirme o ambiente educacional como um espaço de respeito a diversidade. Além disso, somente com a ampliação dessa discussão, agregada a multiplicidade de perspectivas de diferentes autores, será possível fundamentar uma sociedade mais equitativa e plural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daivane Azevedo de; LEAL, Fabiana Soares Fernandes. Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB: contribuições para a inclusão do tema diversidade sexual e de gênero no ensino brasileiro. **Research, Society and Development**, Curitiba, v. 11, ed. 11, 2022.

AMORIM, Luciel Furtado. **EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: AS REPRESENTAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ESCOLA**. 2020. Dissertação (Mestre em Educação) — Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2020.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho. **GÊNERO E SEXUALIDADE NA BNCC: POSSIBILIDADES PARA IMPLIMENTAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/65331/41374>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BLANCK, Marcelo. **Teoria queer e educação**. 2022. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022.

BRAZ, José Mauro de Oliveira; CURCIO, Fernanda Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva. O DEBATE DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, ed. 2, 2021.



CASTRO, Hárllen Éric Benevides de; SANTOS, Staela Rodrigues Porto dos; CUNHA, Ana Luiza Salgado. POR UMA PEDAGOGIA ANTIHETEROSSEXISTA: Os Atravessamentos na Formação Docente e uma Perspectiva de Transgressão. **In: FORMAÇÃO de professores, prática de ensino e currículo.** Pedro e João Editores. ed. São Carlos: [s. n.], 2024. p. 281 - 295. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/05/EBOOK_Formacao-de-professores-pratica-de-ensino-e-curriculo.pdf. Acesso em: 4 de fev. 2025.

CRUVINEL, Tiago. Quem Defende Adolescentes Queer nas Escolas do Estado de Minas Gerais?. PPGAC - USP, São Paulo, 2022.

LIMA, Aline Patricia Campos Tolentino; SILVA, Roseli; RAMOS, Juliana de Souza. Formação Docente para Educação sobre Gênero e Sexualidade no Currículo da Licenciatura em Pedagogia de uma Universidade Virtual. Educação em Revista, Minas Gerais, v. 24, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/14881/1534>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MALANCHEN, Julia. CURRÍCULO ESCOLAR E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: formação emancipadora e resistência ao capital. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 18, p. 123-132, 2021. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4115/3307>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MONFERRARI, Lucila Menezes Guedes; RODRIGUES, Olira Saraiva. Identidade, diferença e currículo na perspectiva da educação inclusiva. Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades, Acre, v. 9, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, Kris Herik. Open-access Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. Revista estudos feministas, Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/f8xM5gZfZxn9yZwxZbxd8Tt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SANTOS, Linda Brasil Azevedo; GUARANY, Ann Letícia Aragão; CARDOSO, Livia de Rezende. Gênero, Sexualidade e Currículo: Mapeamento das Pesquisas Acadêmicas no Nordeste Brasileiro. **Cadernos de gênero e diversidade**, Bahia, v. 6, ed. 4, 2020.

SILVA, Luciano Marques. **QUEM VÊ CARA NÃO VÊ ORIENTAÇÃO, NEM A IDENTIDADE DE GÊNERO:** compreensões e práticas docentes frente às Igbtifobias na escola. 2020b. Tese (Doutor em Educação) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SILVA, Marcos Mariano Viana. **Cartografia de Judith Butler e dos estudos queer no Brasil.** 2021. Tese (Doutor em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.



SILVA, Robson Guedes da; ALVES, Karina Miriam da Cruz Valença. INTERROGAÇÕES QUEER AO CURRÍCULO: SUBJETIVIDADES, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO. **Revista fórum identidades**, Itabaiana, v. 31, ed. 1, 2020.

SOUSA, Mirtes Aparecida Almeida; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. DIVERSIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: perspectivas de professoras da educação básica. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v23n68/1982-0305-teias-23-68-0147.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SPARGO, Tasmin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. 1ª ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TORRADA, Lara; RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. *Contexto & Educação*, v. 35, n. 111, 2020.

VICENTE, Luciane da Silva. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS DIFERENTES VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: da abertura ao silenciamento em torno da matemática1. *Educação em Revista*, Minas Gerais, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NjNCpHf5Mf7sM77jkCYGrBP/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.